

# TRAJETÓRIAS DO CONCEITO DE PAISAGEM NA GEOGRAFIA

## *Trajectories of the concept of landscape in geography*

Raul Alfredo SCHIER<sup>1</sup>

### RESUMO

Este artigo discute a paisagem na geografia desde as abordagens organicistas, positivistas do século XIX, até as abordagens funcionalistas e culturais a partir dos anos sessenta, mostrando como esse conceito evoluiu através das diversas abordagens geográficas e qual idéia sobre a paisagem permeia nos dias de hoje. Demonstra-se que as concepções modernas de paisagem têm incorporado novas abordagens, tentando conciliar interesses sociais e ecológicos numa visão do desenvolvimento sustentável, modificando assim antigas visões utilitárias e descritivas do conceito de paisagem.

### Palavras-chaves:

Paisagem, geografia, novas abordagens.

### ABSTRACT

This essay analyses the landscape discussing the main geographical conceptions of landscape, since the initial organic and positivist ideas of the 19th century up to the functional and cultural approaches of landscape, showing how this conception has developed down the ages into the geography's approach and how it's conceived nowadays. It could be shown throughout this text that – during the nineties – the landscape conceptions have shifted to a new approach, which includes ecological, social and individual particular interests, combined in the vision of sustainable development and, thus, abolishing the predominant utilitarian aspect of the older landscapes concepts.

### Key words:

Landscape, geography, new approaches.

<sup>1</sup> Mestre em Geografia, UFPR.

## INTRODUÇÃO

A discussão da paisagem é um tema antigo na geografia. Desde o século XIX, a paisagem vem sendo discutida para se entenderem as relações sociais e naturais em um determinado espaço. Dentro da geografia, a interpretação do que é uma paisagem diverge dentro das múltiplas abordagens geográficas. Observa-se que existem certas tendências “nacionais” mostrando que o entendimento do conceito depende, em muito, das influências culturais e discursivas entre os geógrafos.

A geografia alemã, por exemplo, introduziu o conceito da paisagem como categoria científica e a compreendeu até os anos 1940 como um conjunto de fatores naturais e humanos (Otto Schlüter, Siegfried Passarge e Karl Hettner). Os autores franceses, sob influência de Paul Vidal de la Blache e Jean Rochefort, caracterizaram a *paysage* (ou o *pays*) como o relacionamento do homem com o seu espaço físico. A revolução quantitativa, iniciada nos anos 40 nos Estados Unidos, substituiu o termo *landscape*, que estava, até então, em uso nesse país sob influência da geografia alemã (Carl Sauer), pela idéia da “região” (Richard Hartshorne), sendo esta um conjunto de variáveis abstratas deduzidas da realidade da paisagem e da ação humana. Paralelamente, surgiu na Alemanha e no Leste europeu uma idéia mais holística e sinérgica da *Landschaft*, denominada *Landschaftskomplex* (Paul Schmithüsen), que definiu as unidades da paisagem pelo conjunto dos seus processos ecológicos. Esta idéia se encontra, entre outros, também na *Landschaftsökologie* (ecologia da paisagem), como foi proposta por Carl Troll e mais tarde por Hartmut Leser. A *Human ecology*, de cunho norte-americano, definiu igualmente a paisagem como um sistema ecológico.

A maioria destes conceitos se atrela, no fundo, a determinadas abordagens filosóficas. Pode-se dizer que o conceito de paisagem foi originalmente ligado ao positivismo, na escola alemã, numa forma mais estática, onde se focalizam os fatores geográficos agrupados em unidades espaciais e, numa forma mais dinâmica, na geografia francesa, onde o caráter processual é mais importante. Ambas tratam a paisagem como uma face material do mundo, onde se imprimam as atividades humanas. A abordagem neopositivista direcionou para o termo região tentando dar enfoque ao processo de abstração da realidade física, conforme a sua metodologia quantitativa. A abordagem marxista (materialista), pouco interessada na geograficidade da paisagem, identificou-se com o termo região, o qual define como um produto territorial da ação entre capital e trabalho. As abordagens da ecologia humana, entretanto, beneficiam-se da idéia da paisagem ao demonstrar suas ca-

racterísticas sistêmicas, reunindo diversas categorias no mesmo recorte espacial.

Hoje, a idéia da paisagem merece mais atenção pela avaliação ambiental e estética. Neste sentido, depende muito da cultura das pessoas que a percebem e a constroem. Ela é, assim, um produto cultural resultado do meio ambiente sob ação da atividade humana.

O aspecto cultural tem desempenhado um papel importante na determinação do comportamento das pessoas em relação ao ambiente. Determinadas paisagens apresentam, na sua configuração, marcas culturais e recebem, assim, uma identidade típica. A problemática ambiental moderna está ligada à questão cultural e leva em consideração a ação diferenciada do homem na paisagem. Desta forma, a transformação da paisagem pelo homem representa um dos elementos principais na sua formação.

## TRAJETÓRIAS DO CONCEITO DE PAISAGEM NA GEOGRAFIA

Tradicionalmente, os geógrafos diferenciam entre a paisagem natural e a paisagem cultural. A paisagem natural refere-se aos elementos combinados de terreno, vegetação, solo, rios e lagos, enquanto a paisagem cultural, humanizada, inclui todas as modificações feitas pelo homem, como nos espaços urbanos e rurais. De modo geral, o estudo da paisagem exige um enfoque, do qual se pretende fazer uma avaliação definindo o conjunto dos elementos envolvidos, a escala a ser considerada e a temporalidade na paisagem. Enfim, trata-se da apresentação do objeto em seu contexto geográfico e histórico, levando em conta a configuração social e os processos naturais e humanos.

Dentro da diversidade conceitual em que se encontra o termo, Georges BERTRAND (1971, p. 2), geógrafo francês, traz que “a paisagem não é a simples adição de elementos geográficos disparatados. É uma determinada porção do espaço, resultado da combinação dinâmica, portanto instável, de elementos físicos, biológicos e antrópicos que, reagindo dialeticamente uns sobre os outros, fazem da paisagem um conjunto único e indissociável, em perpétua evolução”. Percebe-se, assim, que Bertrand não privilegia nem a esfera natural nem a humana na paisagem e demonstra certa facilidade em enxergar a paisagem de forma homogênea, entendendo que sociedade e natureza estão relacionadas entre elas formando uma só “entidade” de um mesmo espaço geográfico.

Também o geógrafo norte-americano Carl Sauer, representante da geografia cultural clássica, destaca que essa interação entre os elementos naturais e antrópicos

é essencial no entendimento da paisagem. “Não podemos formar uma idéia de paisagem a não ser em termos de suas relações associadas ao tempo, bem como suas relações vinculadas ao espaço. Ela está em um processo constante de desenvolvimento ou dissolução e substituição. Assim, no sentido corológico, a alteração da área modificada pelo homem e sua apropriação para o seu uso são de importância fundamental. A área anterior à atividade humana é representada por um conjunto de fatos morfológicos. As formas que o homem introduziu são um outro conjunto”. (SAUER, 1998, p. 42). Esta colocação sugere uma separação da paisagem em natural e cultural, pois explicita que é o homem que atua como sujeito de ação na natureza. Ao mencionar a capacidade de transformação, ele projeta duas possíveis formas de natureza, uma antes e outra depois da apropriação humana, privilegiando a sucessão histórica entre as duas.

Ainda em relação a esse conceito, CLAVAL (1999, p. 420) colabora afirmando que “não há compreensão possível das formas de organização do espaço contemporâneo e das tensões que lhes afetam sem levar em consideração os dinamismos culturais. Eles explicam a nova atenção dedicada à preservação das lembranças do passado e a conservação das paisagens”. Assim, Paul Claval não só atribui ao homem a responsabilidade de transformar a paisagem como destaca que diferentes grupos culturais são capazes de provocar transformações diferenciadas nela, criando assim uma preocupação maior com os sistemas culturais do que com os próprios elementos físicos da paisagem. Não se trata mais da interação do homem com a natureza na paisagem, mas sim de uma forma intelectual na qual diferentes grupos culturais percebem e interpretam a paisagem, construindo os seus marcos e significados nela. Nesta perspectiva, a paisagem é a realização e materialização de idéias dentro de determinados sistemas de significação. Assim, ela é humanizada não apenas pela ação humana, mas igualmente pelo pensar. Cria-se a paisagem como uma representação cultural.

Ao comentar a nova geografia cultural, Linda McDOWELL (1996, p. 175) interpreta a paisagem neste sentido como um texto a ser decifrado e lido, assim, “ao contrário dos materialistas culturais, a nova escola paisagística tem uma herança mais geográfica. Recentemente a ênfase da escola do paisagismo desviou-se das análises de produção material do ambiente para problematizar as maneiras como as paisagens foram representadas seja em textos escritos, arte, mapas ou levantamentos topográficos”.

Entende-se, com essa colocação, que a paisagem não tomou uma nova forma, mas houve sim uma nova perspectiva e uma nova proposta de estudo. Em

conseqüência, ela é repensada não apenas como o resultado material de interações, mas como uma maneira específica de olhar.

## A PAISAGEM COMO ELEMENTO DISCURSIVO NA GEOGRAFIA

Entende-se que a paisagem, na sua materialidade, surge juntamente com a formação de nosso planeta, podendo ser estudada desde a pré-história. Segundo MENDONÇA e VENTURI (1998, p. 65), “as premissas históricas do conceito de paisagem, para a geografia, surgem por volta do século XV no renascimento, momento em que o homem, ao mesmo tempo em que começa a distanciar-se da natureza, adquire técnica suficiente para vê-la como algo passível de ser apropriado e transformado”.

A partir deste momento a paisagem começa a ter um significado diferenciado, deixando de ser apenas uma referência espacial ou um objeto de observação. Ela se coloca num contexto cultural e discursivo, primeiramente nos discursos das artes e pouco depois nas abordagens científicas que rompem com a idéia da Idade Média de que o mundo inteiro seja a criação de Deus, e por isso santificado e indecifrável.

Encontra-se, em um momento histórico subsequente, que essa ruptura não se deu de forma drástica, preservando, dialeticamente, os valores místicos e espirituais agregados à idéia de paisagem antes do surgimento da geografia acadêmica. Segundo LEITE (1994, p. 32), “por volta de 1700, a Igreja perdeu o apoio das classes influentes educadas, que passavam a defender a idéia de que a nação deveria ser o principal objeto de preocupação da sociedade. Essa proposição era apoiada pelo sonho do ‘paraíso terrestre’, onde a harmonia entre o homem e a natureza, dentro dos limites da nação, traria como resultado uma vida terrena espiritual e materialmente gratificante. A discussão dessas questões filosóficas, os estímulos das grandes viagens, a moda de colecionar trabalhos de pintores italianos do século XVII, tudo contribuiu para o surgimento de novas idéias sobre a paisagem, que eram mais representativas da realidade do que quaisquer outras dos períodos precedentes, porque eram asserções não somente sobre filosofia da estética, mas sobre a paisagem real, visível”.

O surgimento da representação da paisagem, no Ocidente, assinala também a emergência da paisagem como fenômeno social, percebido e operado pela sociedade. ROGER definiu duas condições suplementares, indispensáveis para que a paisagem aparecesse na percepção histórica e na imagem do Ocidente, sendo

que a primeira é a laicização dos elementos naturais. Árvores, rochedos, rios, etc. não passavam de signos num mesmo espaço sagrado, até o início da época moderna. Por isso, se ocorriam tais elementos na iconografia medieval, de dominância religiosa, não tinham em si qualquer valor próprio, mas deviam ser decodificados, por exemplo, segundo o interesse da bíblia. A segunda condição era a organização desses mesmos elementos naturais em um grupo autônomo e coerente. (ROGER,<sup>2</sup> apud MENESES, 1996, p. 144).

Nesse momento histórico, no século XVII, a sociedade burguesa, quando surge junto ao Estado-Nação na Europa, redefine a paisagem num discurso novo, agora meramente científico.

### O DISCURSO DA PAISAGEM NA GEOGRAFIA ACADÊMICA CLÁSSICA

As obras “Cosmos” de Alexander von Humboldt, a “Geografia comparada” de Carl Ritter e a “Antropogeografia” de Friedrich Ratzel são alguns dos exemplos clássicos em que se utilizou o conceito da paisagem como método e transcrição de dados sobre áreas distintas do planeta. Em alemão, utilizou-se o termo *Landschaft* para esta concepção da paisagem.

Humboldt destacou-se por sua visão holística da paisagem, de forma que associava elementos diversos da natureza e da ação humana, sistematizando, assim, a ciência geográfica. Seus estudos se concretizaram com suas viagens no final do século XVIII. A transformação da prática de viagem em conhecimento complexo e integrado faz lembrar as tentativas do Renascimento e do Iluminismo, quando se desenvolveu uma geografia cosmográfica (Merian) na Alemanha e na Suíça – esta tradição até associada pelo próprio título da obra-prima de Humboldt – ou dos enciclopedistas na França.

Após esses estudos, outros geógrafos, principalmente os que se dedicam à natureza, procuram definir, a partir do século XIX, o que significa a idéia da “*Landschaft*” na geografia. Eles se aproximam da idéia positivista de Humboldt, que vê nela um conjunto de relações de fatos naturais (visão de geossistemas naturais), mas negam o elemento libertador e estético.

Com a obra de Carl Ritter, a geografia tornou-se, além do positivismo dinâmico e histórico, uma ciência

enciclopédica, organizando o conhecimento sobre determinados países e regiões. A paisagem, no entanto, não era o principal objeto de estudos de Ritter, que complementou e organizou o trabalho de Humboldt dedicando especial atenção às descrições e análises regionais, pois considerava que os fenômenos nelas existentes, criados pela sistematização, ocorreriam nas diversas regiões, justificando assim, o título de sua obra “A geografia comparada”.

Friedrich Ratzel, diferentemente de Humboldt, utilizou o conceito da paisagem em uma forma antropogênica, demonstrando que ela é o resultado do distanciamento do espírito humano do seu meio natural. Desta forma, descreve uma dialética entre os elementos fixos da paisagem natural, como o solo, os rios, etc., com os elementos móveis, em geral humanos. Na sua abordagem, este distanciamento é importante porque inicia um processo de libertação cultural do meio natural, pela transferência de artefatos entre os povos, ou seja, pela migração destes, contrariando bastante a visão comumente propagada que Ratzel pode ser apontado como geo-determinista. Pois Ratzel não destaca a paisagem como uma forma local e delimitada, que exerce uma influência direta na sua cultura, mas utiliza o termo em forma genérica misturando-o com o termo “terra”. O termo “geografia cultural” foi utilizado primeiramente por Ratzel, ao escrever sobre a geografia dos Estados Unidos com ênfase econômica.<sup>3</sup>

É preciso considerar ainda Paul Vidal de La Blache, contemporâneo de Ratzel, para o qual a relação homem-natureza aparecia mais ligada ao concreto e regional, no conceito de “*pays*”. Em relação à cultura que transforma a natureza, afirmou que “é preciso partir da idéia de que uma região é um reservatório onde dormem energias das quais a natureza depositou o germe, mas das quais o emprego depende do homem...” (LA BLACHE<sup>4</sup> apud GOMES, 1996, p. 203).

Paisagens são, em quase todas as abordagens dos séculos XIX e XX, entidades espaciais que dependem da história econômica, cultural e ideológica de cada grupo regional e de cada sociedade e, se compreendidas como portadoras de funções sociais, não são produtos, mas processos de conferir ao espaço significados ideológicos ou finalidades sociais com base nos padrões econômicos, políticos e culturais vigentes.

<sup>2</sup> ROGER, Alain. Histoire d'une passion théorique ou comment on devient un Raboliot du paysage. In: Berque, A., dir., cinq propositions pour une théorie du paysage. Seyssel: Champ Vallon, 1993, p. 105-23.

<sup>3</sup> Título original: “*Kulturgeographie der Vereinigten Staaten von Nord-Amerika unter besonderer Berücksichtigung der wirtschaftlichen Verhältnisse*” (CLAVAL, 1999, p. 20).

<sup>4</sup> VIDAL DE LA BLACHE, Paul. *Principes de géographie humaine*. In: GOMES, P. C. da C. *Geografia e modernidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996, p. 115-116.

Ambos, Friedrich Ratzel e Paul Vidal de La Blache, são geralmente vistos como os principais expoentes do positivismo geográfico. Vale lembrar, entretanto, que se trata do positivismo dinâmico de Auguste Comte, em que existe uma relação dialética entre “Ordem e progresso”, estado e processo. O que movimenta este processo, é o *espírito do homem* (Ratzel) e a capacidade de inovação (La Blache). Nesta visão, o positivismo é bem diferente do positivismo simplificado e descritivo que vem se desenvolvendo entre os seus sucessores, que vêem na paisagem meramente um conjunto estável de elementos, como se propagou no começo do século XX até os anos 50. Há de se destacar que, com La Blache, a geografia torna-se claramente antideterminista, observando as relações mútuas entre o homem e o ambiente físico, nas quais não se podem estabelecer limites entre fenômenos naturais e culturais porque eles se interpenetram.

## A PAISAGEM NO DISCURSO DO INÍCIO DO SÉCULO XX

Otto Schlüter, que desde 1890 vinha se especializando no estudo dos estabelecimentos humanos, casas, campos, cercados, etc., redige, em 1907, uma curta brochura na qual faz da paisagem o objeto da geografia humana. Segundo CLAVAL (1999, p. 23), “O eco que encontra esta publicação é considerável. Ela mantém a unidade da geografia, pois uma paisagem é tanto modelada pelas forças da natureza e pela vida, quanto pela ação dos homens”. Otto Schlüter dedica, assim, boa parte de sua obra a retratar o estudo desde a pré-história das flutuações da cobertura florestal até as zonas humanizadas no espaço germânico.

Ainda na literatura geográfica alemã, Siegfried Passarge usou pela primeira vez a denominação “geografia da paisagem” e, desde 1913, propôs em várias obras o conceito de “ciência da paisagem”.

O grande organizador deste conhecimento, todavia, foi Alfred Hettner, que compõe a geografia em três perspectivas, todas de origem kantiana: a geografia geral (dividida em várias disciplinas como geomorfologia, geografia climática, geografia dos solos, geografia econômica, etc.), a geografia nomotética e a geografia idiográfica, os dois últimos fazendo parte da geografia regional. A perspectiva nomotética trabalha os assuntos em forma comparativa, estabelecendo uma tipologia de paisagem conforme determinados critérios, enquanto a perspectiva idiográfica focaliza no conjunto específico de uma única paisagem, buscando entender como

ela se organiza internamente. Para Hettner, a geografia deveria ser ao mesmo tempo física e humana.

Esta organização do conhecimento é comum na época e se observa entre muitos autores, como coloca HOLT-JENSEN (1988, p. 34) “...a geografia alemã das primeiras quatro décadas do século XX foi dominada por pensadores neokantianos tais como Hettner, que baseou sua epistemologia na idéia de Immanuel Kant de ciências nomotéticas e idiográficas”. Muitos geógrafos da época mostram um pensar fortemente influenciado pela geografia alemã e vêem na paisagem um conjunto de fatores naturais e humanos, reunindo-os num conceito regional, passando as delimitações entre a geografia física e humana.

Carl Sauer, por exemplo, em “Morfologia da paisagem” tratou a paisagem numa perspectiva morfológica, tanto em aspectos naturais como em aspectos humanos. Para ele, a paisagem cultural representa, conseqüentemente, uma materialização de pensamentos e ações humanas, mas nunca sai do seu caráter físico-material, fato que aponta pela forte influência do positivismo descritivo da época. Segundo CLAVAL (1999, p. 31) “seus métodos para a geografia cultural exigiam uma sólida formação naturalista, que se preocupa com a fauna, agricultura, incêndios, colheita, migrações, pastagens, florestas, caça, etc”.

Na Alemanha dos anos vinte começa, porém, uma outra discussão sobre a paisagem. Esta busca a “alma da paisagem” e o seu caráter pessoal; é principalmente promovida por Ewald Banse e mais tarde por Siegfried Passarge. Segundo HOLT-JENSEN (1988, p. 81) “esta ‘psicologização’ pode ser interpretada como uma certa volta ao entendimento da paisagem como representação, sendo claramente utilizada na interação dos habitantes com seu ambiente. Ewald Banse declarou que a geografia deve ser redefinida como arte e entende que a geografia real é uma apresentação de experiências e impressões espirituais”.

O afastamento entre o discurso positivista-materialista e o discurso “*psicologizante*” na Geografia da paisagem se explica, neste momento, provavelmente pelo surgimento de uma ciência psicológica mais atuante, como mostram debates semelhantes na área da filosofia, por exemplo, entre Edmund Husserl e Martin Heidegger. A vertente da “*Geopsyché*” (Helpach), contudo, mostra pouco efeito de médio prazo no discurso, porque muitos dos seus expoentes ficaram ligados ao fascismo. Hoje, todavia, a interpretação da paisagem e as novas pesquisas sobre o relacionamento psicológico com o ambiente reabrem a possibilidade de uma retomada deste tema.

## O DISCURSO FUNCIONALISTA DA PAISAGEM

Na contribuição de Hartshorne percebe-se uma diferença semiótica no entendimento dos significados de paisagem e região em relação aos geógrafos clássicos: “Para os adeptos do conceito de paisagem, a tipologia morfológica é o produto final da pesquisa, sendo esse um raciocínio primitivo, pois ‘a mera menção de padrões sem qualquer consideração ulterior é a discussão em sua mais simples e mais acrítica forma’. De forma geral, o conceito de região está na base da concepção científica da diferenciação espacial e, a partir de sua definição, a geografia pode desenvolver um método regional fundado na análise comparativa das estruturas espaciais, onde a região é vista como a síntese das relações complexas entre o campo das pesquisas físicas e humanas” (HARTSHORNE, apud GOMES, 1996, p. 240).

A partir dos anos 60, o termo “região” substitui, sob influência de Hartshorne, quase totalmente o termo “paisagem” nos circuitos geográficos, principalmente na América do Norte. Paralelamente, se desenvolve na Alemanha um estudo da paisagem, que parte do pressuposto que a paisagem representa um conjunto específico de relações ecológicas, principalmente com os seus fatores físicos. Esta idéia, lançada por Carl Troll, em 1939, dá raiz à “*Landschaftsökologie*” (ecologia da paisagem), que reagrupa os elementos da paisagem de um ponto de vista ecológico, dividindo-os em ecótopos, unidades comparáveis aos ecossistemas. Com este modo de pensar, introduzia-se um entendimento sistêmico das unidades geográficas, que também faz parte da “Nova Geografia”.

Mas, enquanto as pesquisas da *Landschaftsökologie* se aproveitam de um empirismo da observação direta, levantando aspectos visíveis e mediáveis na paisagem concreta, a Nova Geografia americana parte de um empirismo abstrato, dependendo de dados filtrados por estatísticas e a matemática, com médias, variâncias e tendências. Ambos, entretanto, se orientam pela terceiridade, no sentido de Peirce, apresentando interpretações do sistema funcional da paisagem.

## UM JOGO MULTI-PARADIGMÁTICO – A HUMANIZAÇÃO DA GEOGRAFIA

A partir dos anos 70, ocorrem várias contra-reações ao positivismo e neopositivismo então vigente. A geografia crítica, por exemplo, principalmente na sua vertente estruturalista, evitou falar de paisagem, interpretando a organização do espaço em termos críticos e funcionalistas. Insiste que em cada lugar se reproduz a lógica econômica e social do capitalismo. Desta forma,

segundo LENCIONI (1999, p. 171), “o espaço é interpretado nomoteticamente, apontando para as regras gerais das lutas sociais e das contradições do sistema capitalista, reproduzindo-se através das desigualdades regionais”. Uma interpretação estruturalista, desta forma, deixa pouco espaço para uma geografia regional que aponta para o específico de uma região.

Neste período, COSGROVE (1995, p. 42) destaca a paisagem como sendo intimamente ligada à cultura e à idéia de que as formas visíveis são representações de discursos e pensamentos. Assim, a paisagem aparece como um lugar simbólico. É agora a maneira de ver, compor e harmonizar o mundo que a torna importante. Assim, a paisagem se faz através da criação de uma unidade visual onde o seu caráter é determinado pela organização de um sistema de significação. O local é, então, complexo, com múltiplos patamares de significados.

Dentro da geografia física, a visão da paisagem foi ampliada, na mesma época, com a incorporação de elementos da civilização, como exposto nas obras dos irmãos Odum. Nesta discussão, gradativamente o termo “paisagem” é substituído por “ecossistema”, focalizando mais nos elementos funcionais, integrativos, e menos na parte descritiva. Esta percepção da unidade da paisagem por meio das relações dos ecossistemas ajuda, em muito, durante os anos 80, a incorporar as idéias de desenvolvimento sustentável e do ecocentrismo. Nesse aspecto, a paisagem volta a tomar corpo tanto como objeto de exploração por grupos econômicos como objeto de interesse de proteção de uma coletividade com uma certa consciência ambiental. Ocorre aqui, especificamente, que a visão ecossistêmica perde um pouco sua espacialidade, tornando-se mais biológica e menos geográfica, já que Odum é, notoriamente, biólogo. Assim, a multidisciplinaridade ganha força no estudo do meio ambiente e da geografia. Neste momento, abre-se um campo para uma nova visão cultural da geografia física. A geografia física precisa do elemento humano, sem o qual não teria uma significação, uma vez que o próprio pesquisador é um agente cultural.

Mas paralelamente continua a diferença na interpretação da paisagem. Enquanto na geografia física prevalece um entendimento da paisagem como sistema ecológico, a geografia humana aponta mais numa abordagem interpretativa. Abre-se, desta forma, uma dialética entre o concreto e o abstrato, de novo ao longo da questão do entendimento da paisagem, seja em termos materiais ou de significação. Entendemos que essa diferença é necessária e benéfica, uma vez que cada fenômeno requer uma análise específica para cada nível de interpretação.

## ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE O CONCEITO DE PAISAGEM

Enquanto as abordagens positivistas e funcionalistas entendem a paisagem e os seus elementos como denotativos, em que cada elemento tem as suas funções e os seus significados claros, as perspectivas interpretativas são conotativas e, assim, são ambíguas na compreensão dos elementos paisagísticos. Neste contexto, cada dimensão hermenêutica da paisagem representa um entendimento específico desta e é válido apenas em um limitado campo discursivo. Isto se aplica tanto no caso das interpretações de determinados grupos sociais, dos quais cada um se exprime em atividades específicas, formas culturais diferentes e linguagens diferenciadas, como para abordagens e interpretações entre a paisagem física ou a cultural. As traduções entre os diferentes níveis de entendimento, entretanto, permitem um diálogo mais abrangente, e podem ser vistas como transformações semióticas, chamadas semioses.

Percebe-se, então, que não existe uma geografia que sirva ao estudo, em todos os níveis, da paisagem. Pois sua complexidade torna impossível qualquer análise geográfica sob a luz de uma única abordagem. Assim, toma-se então que o olhar a partir de uma determinada abordagem constrói um filtro que ressalta o que essa abordagem propõe, e a paisagem, seja física ou cultural, exige uma filtragem mais ampla que, algumas vezes, foge até mesmo das questões geográficas mais clássicas, necessitando uma filtragem científica, cultu-

ral, filosófica, política, entre outras, mostrando um caráter multidisciplinar no seu estudo.

Defende-se que, em muitos casos, a paisagem deve ser encarada não apenas como um objeto de estudo, refletido e interpretado intelectualmente, mas como uma forma de vivência na sua plena positividade do cotidiano das pessoas, conforme também coloca DARDEL (1990, p. 54), ao pregar que “a paisagem não se refere à essência, ao que é visto, mas, representa a inserção do homem no mundo, a manifestação de seu ser para com os outros, base de seu ser social”.

Neste sentido, quem sabe perceber uma paisagem consegue entender seu valor, perceber a importância dela em sua vida, criar vínculo afetivo com ela e, conseqüentemente, defender a sua perpetuação. “Para que isso ocorra, o indivíduo necessita estar de bem com vida, possuir uma educação que lhe permita meditar sobre sua existência e seu entorno, e precisa de uma atitude cultural e psicológica equilibrada numa sociedade de justiça social” (SCHIER, 2003, p. 88).

De forma geral, hoje é possível perceber a existência conceitual de várias paisagens, em forma de região, território, lugar, etc. Discutir essa pluralidade conceitual e cognitiva é, no âmbito da geografia, sem dúvida um grande desafio. Para a esfera da geografia física já se percebe uma grande mudança ao se focar a problemática da paisagem, levando em conta o homem, muito embora possa aparecer de forma denotativa e funcional, enquanto para a geografia cultural, há algum tempo, as paisagens são conotativas, cheias de valores subjetivos e relacionados às culturas.

## REFERÊNCIAS

- BERTRAND, G. Paisagem e geografia física global: um esboço metodológico. *Revista IGEOG/USP*, São Paulo: USP, n. 13, 1971. Caderno de ciências da terra.
- CLAVAL, P. *A geografia cultural*. Florianópolis: UFSC, 1999.
- COSGROVE, D. E. *Social formation and symbolic landscape*. Madison: the University of Winsconsin Press, 1995.
- DARDEL, E. *L'homme et la terre – nature de la réalité geographyque*. Paris: CTHS, 1990.
- GOMES, P. C. da C. *Geografia e modernidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.
- HOLT-JENSEN, A. *Geography. History and concepts*. London: Chapman, 1998. 162 p.
- LEITE, M. A. F. P. *Destruição ou desconstrução?* São Paulo: Hucitec, 1994.
- LENCIONI, S. *Região e geografia*. São Paulo: Edusp, 1999.
- McDOWELL, L. A transformação da geografia cultural. In: GREGORY, D; MARTIN, R; SMITH, G. (Orgs.). *Geografia humana – sociedade, espaço e ciência social*, Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.
- MENDONÇA, F. de A.; VENTURI, L. A. B. Geografia e metodologia científica. In: SIMPÓSIO DE GEOMORFOLOGIA. *Revista Geosul*, n. especial, Florianópolis, 1998.
- MENESES, U. T. B. de. Morfologia das cidades brasileiras: introdução ao estudo histórico da iconografia urbana. *Revista USP*, n. 30, São Paulo: USP, 1996.
- ODUM, E. P. *Ecologia*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1988.
- SCHIER, R. A. *As concepções da paisagem no código florestal*. Curitiba, 2003. 117 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Setor de Ciências da Terra, Universidade Federal do Paraná.
- SAUER, O. A morfologia da paisagem. In: CORRÊA; ROZENDAHL (Orgs.). *Paisagem tempo e cultura*, Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998.